

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS – SESA
FACULDADE AMADEUS – FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

ROBERTA EMANUELLE VIEIRA SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA REGULAR NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA
COM SÍNDROME DE DOWN**

Aracaju – SE

2013

ROBERTA EMANUELLE VIEIRA SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA REGULAR NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA
COM SÍNDROME DE DOWN**

Artigo Científico apresentado à Faculdade Amadeus como Trabalho de Conclusão de Curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Eduardo J. N. Schoucair.

Aracaju – SE

2013

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA REGULAR NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

***Roberta Emanuelle Vieira Santos¹**

RESUMO

Atualmente, no ensino regular as crianças devem adequar-se à estrutura da escola para adquirir sucesso, porém, o correto seria que houvesse determinadas mudanças no sistema, e não na criança. Já no ensino inclusivo a estrutura escolar é que se deve ajustar às necessidades de todos os alunos, favorecendo a integração e o desenvolvimento de todos. Portanto deve-se entender que fatores internos à estrutura escolar, como organização, os métodos, recursos humanos e os materiais das escolas é que são determinantes para a inclusão de alunos com Síndrome de Down. Neste contexto, o objetivo deste estudo é identificar os problemas e limitações que crianças com Síndrome de Down enfrentam ao serem incluídas em escolas de ensino regular, além das limitações específicas da doença. A metodologia utilizada baseou-se na análise exploratória e descritiva dos dados. Diante da realização do referido estudo, a problemática a ser investigada versou no seguinte questionamento: quais são as dificuldades enfrentadas por crianças com Síndrome de Down ao frequentar a escola regular? Assim, pôde-se concluir que no âmbito escolar, as crianças portadoras de Síndrome de Down estão incluídas, porém, os profissionais que são responsáveis pela educação delas não estão preparados totalmente para atendê-las adequadamente conforme suas necessidades.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Regular. Qualificação.

ABSTRACT

Currently , children in mainstream education should match the structure of the school to acquire success, however , correct that there would be certain changes in the system , not the child. Already on inclusive education school structure is that one should fit the needs of all students , promoting the integration and development of all . Therefore it should be understood that factors internal to the school structure , as an organization , methods , manpower and materials in schools is that they are decisive for the inclusion of students with Down syndrome . . In this context , the aim of this study is to identify the problems and limitations that children with down syndrome face to be included in mainstream schools , in addition to the specific limitations of the disease . The methodology used was based on exploratory analysis and descriptive data . Before the completion of the study , the problem being investigated revolved around the following question : what are the difficulties faced by children with Down syndrome to attend

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus; e-mail: robertta_emanuelle@hotmail.com

school regularly ? Thus , we conclude that in the school , children with down syndrome are included , however, the professionals who are responsible for their education are not fully prepared paw serve them properly according to your needs.

Keywords : Inclusion . Regular Education . Qualification .

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down “é um acidente genético que ocorre a cada 1 ou 2 nascimentos em 1000” (KIRK e GALLAGHER, 1996). Esta é considerada a mais comum das anomalias genéticas e das deficiências mentais, sendo identificado pelo Francês Jerome Lejeune, em 1959, onde ao estudar os cromossomos dos portadores de Síndrome de Down, percebeu que o numero de cromossomos era igual a 47, diferenciando-se dos indivíduos “normais” que possuem apenas 46 cromossomos.

A educação inclusiva é uma realidade que permite que as escolas comuns se tornem ambientes para todos, a fim de exercer seu direito à educação, onde as diferenças devem ser atendidas e respeitadas por todos, independentes de terem ou não essa síndrome.

Nesse sentido devemos entender que a escola e a sociedade devem ser transformadas através de outros princípios e não a reafirmação de desigualdade social. É voltar-se para a diversidade atendendo as necessidades e os estilos de se aprender de cada aluno.

Segundo (Sasaki, 2003), para que estas pessoas pudessem ter direitos aos usufrutos dos bens e direitos socialmente disponíveis a inclusão social foi à ideia que guiou a elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços voltados ao atendimento das necessidades especiais de deficientes dos últimos 50 anos. Com novas idéias, Sasaki (2006), declarou que o processo de inclusão não é uma via de mão única, ou seja, não é de responsabilidade apenas das pessoas com deficiência e seus familiares, mas de toda a sociedade, que deve estruturar-se para receber esses alunos.

O objetivo geral deste trabalho é identificar os problemas e limitações que crianças com Síndrome de Down enfrentam ao serem incluídas em escolas de ensino regular além das limitações específicas da doença.

Considerando os objetivos da pesquisa, esse estudo caracteriza-se contemplando a análise exploratória e descritiva dos dados coletados, recaindo sobre forma de abordagem qualitativa, onde os mesmos foram analisados através do método indutivo, utilizando referências bibliográficas sobre o tópico em questão, uma vez que o mesmo está revestido de subjetividade.

Com relação aos procedimentos para a coleta de dados, o delineamento escolhido foi o levantamento bibliográfico, sendo utilizada como ferramenta complementar além da técnica de fichamento a pesquisa documental.

O material coletado teve como base a análise de conteúdo, por meio dos quais foi possível criticar e interpretar as fontes pesquisadas.

A análise crítica deu-se através da coleta dos dados, objetivando ordenar e organizar as informações, verificando o conteúdo do material.

Tomando-se por base os resultados alcançados, realizaram-se as deduções lógicas pertinentes ao tema, levando em consideração o referencial teórico aqui abordado.

Assim, a questão investigada com a execução desse estudo versou sobre o seguinte questionamento: Quais são as dificuldades encontradas por crianças portadoras de Síndrome de Down ao frequentar a escola regular?

2 SÍNDROME DE DOWN: abordagem conceitual

A exclusão nas escolas lança as sementes do descontentamento e da discriminação social. A educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Esta é uma mensagem que foi claramente transmitida pela conferência mundial de 1994 da UNESCO sobre Necessidades Educacionais Especiais (Liga Internacional das sociedades para pessoas com Deficiências Mentais, 1994). Em um sentido mais amplo a educação inclusiva resume-se na prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento deficiência,

origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.

Em 1961, se promulgou a primeira Lei de Amparo ao Excepcional: Lei Federal 4.024 do Ministério da Educação (MEC), que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, começou-se a considerar a possibilidade de atendimento aos excepcionais quando possível no sistema geral de educação.

Esta lei também propôs a doação de bolsas, empréstimos e subvenções a escolas particulares que oferecem ensino eficiente aos excepcionais. Em 1971, a Lei Federal 5.692, no artigo 9º, permitiu que cada Conselho Estadual de Educação estabelecesse as suas próprias diretrizes para o atendimento aos excepcionais. Para determinar as Diretrizes Básicas da Educação Especial em nível Nacional foi criado, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que ganhou força durante esses anos e, em 1987, foi transformado em Secretaria de Educação Especial (SESP), com sede em Brasília.

Há três componentes práticos interdependentes no ensino inclusivo. O primeiro deles é a rede de apoio, o componente organizacional, que envolve a coordenação de equipes e de indivíduos que apoiam uns aos outros através de conexões formais e informais, descrevendo um sistema bem-sucedido de uma rede de três camadas: grupos de serviço baseados na escola, grupo de serviços baseados no distrito e parcerias como as agências comunitárias. Todos esses grupos funcionam em uma base de apoio mútuo para capacitar o pessoal e alunos. O segundo componente é a consulta cooperativa e o trabalho em equipe, o componente do procedimento, que envolve indivíduos de várias especialidades trabalhando juntos para planejar e implementar programas para diferentes alunos em ambientes integrados. O terceiro grupo é a aprendizagem cooperativa e o trabalho em equipe, o componente do ensino que está relacionado em sala de aula e em que vários interesses e habilidades podem atingir o seu potencial. Assim,

Nas salas de aula integradas, todas as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender umas com as outras, desenvolvem-se para cuidar umas das outras e conquistam as atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos (VANDERCOOK, FLEETHAM, SINCLAIR e TETLIE; 1988, p.19).

Entretanto, a simples inclusão de alunos com deficiências em salas de aula do ensino regular não resulta em benefícios de aprendizagem. Tem sido consistentemente observado que os alunos com níveis diferentes de experiência aprendem mais em ambientes integrados onde lhes são proporcionados experiências e apoio educacionais, adequados do que quando estão em ambientes segregados.

Quando existem programas adequados, a inclusão funciona para todos os alunos com e sem deficiências, em termos de atitudes positivas mutuamente desenvolvidas de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida na comunidade.

A Síndrome de Down foi descrita em 1866 por John Langdon Down, que acabou sendo batizada com o seu nome. Ele descobriu que a causa da síndrome era genética, pois até então a literatura relatava apenas as características que indicavam a síndrome.

Foi identificada pela primeira vez pelo geneticista francês Jérôme Lejeune em 1958, que dedicou a sua vida à pesquisa genética visando melhorar a qualidade de vida dos portadores da Trissomia do 21. A Síndrome de Down é anomalia cromossômica mais comum nos seres humanos e que permite o desenvolvimento dos embriões (STAY-GUNDERSEN, 2001), é a mais freqüente causa de retardo mental, como também um atraso do desenvolvimento das funções motoras, de origem genética em seres humanos. Afeta todas as etnias e ambos os sexos, porém a probabilidade é na raça “amarela”. É uma alteração genética, que ocorre durante a divisão celular do embrião. Um indivíduo sem alteração em seu material genético tem duas cópias de cada um dos tipos de cromossomos humanos e o afetado pela Síndrome de Down tem três cópias de um deles, o cromossomo 21. A presença de três cromossomos 21 normais (denominada trissomia livre) é a causa mais comum da Síndrome de Down, ocorrendo em mais de 90% dos casos. O indivíduo portador desta Síndrome possui 47 cromossomos (e não 46), sendo o cromossomo extra ligado ao par 21.

Existe uma forte correlação entre o nascimento de crianças com Síndrome de Down e a idade materna aumentada. O risco de uma mulher ter um filho com a síndrome aos 20 anos é de 1 para 1600; enquanto que, aos 35, é de 1 para 370. Dado o alto risco para mulheres com idade acima dos 35 anos, o diagnóstico pré-natal para a síndrome é, em geral, indicado no caso de gravidez. Quanto mais idosos forem os pais, maior a probabilidade de gerarem um filho com essa síndrome, que vem necessariamente associada a um comprometimento intelectual e a uma hipotonia, a

redução do tônus muscular. Não está vinculada à consanguinidade, isto é, a laços de parentesco entre os pais. Segundo Schwartzman (1999, p.3), “A Síndrome de Down é decorrente de um erro genético presente desde o momento da concepção ou imediatamente após (...)”.

Segundo Tueschel (2000), a criança que nasce com a Síndrome de Down adquire alguns problemas cerebrais, de desenvolvimento físico, fisiológico e de saúde. Algumas consequências na vida da criança com a Síndrome de Down são:

1. 3% destas crianças têm cataratas congênitas importantes que devem ser extraídas precocemente, sendo também mais frequentes os glaucomas.

2. A hipotonia – flacidez muscular – é muito frequente no recém-nascido, o que pode interferir na alimentação no peito. Normalmente, a alimentação demora mais tempo e apresenta mais problemas devidos a protrusão da língua. A obstinação também é frequente devido a hipotonia da musculatura intestinal.

3. O hipotireoidismo congênito é mais frequente nas crianças com trissomia 21.

4. As convulsões também estão presentes, com incidência de 10%.

5. A imunidade celular é diminuída, sendo mais frequentes determinadas infecções.

6. As infecções respiratórias habitualmente são devidas a hipertrofia dos adenóides e das amídalas e há também uma incidência de leucemias.

7. As alterações auditivas são frequentes, devido à otite serosa crônicas e os defeitos da condução neurosensorial.

8. Há um atraso no crescimento e problemas de sobrepeso na adolescência, porém a causa da obesidade se deve a vários fatores tanto genéticos como exógenos.

9. Alguns podem ter uma condição conhecida como Instabilidade Atlantoaxial, um desalinhamento das primeiras duas vértebras do pescoço.

10. Os dentes tendem a ser pequenos e espaçados irregularmente. Apesar de que há mais de 50 sintomas reconhecidos da Síndrome de Down, é raro encontrar uma pessoa com todos ou uma grande quantidade destes problemas citados acima. Porém, as crianças com Síndrome de Down encontram-se em desvantagens em níveis variáveis face a criança sem a síndrome – o QI de uma criança afetada raramente é superior a 60. Outra consequência da síndrome, que geralmente é frequente, é a microcefalia, um reduzido peso e tamanho do cérebro.

Segundo Schwartzman (1999), a síndrome de Down é marcada por muitas alterações associadas, que são observados em muitos casos. As principais alterações

orgânicas, que acompanham a síndrome são: cardiopatias, prega palmar única, baixa estatura, atresia duodenal, comprimento reduzido do fêmur e úmero, bexiga pequena e hiperecongenica, ventriculomegalia cerebral, hidronefrose e dismorfismo da face e ombros.

Outras alterações como braquicefalia, fissuras palpebrais, hipoplasia da região mediana da face, diâmetro fronto-occipital reduzido, pescoço curto, língua protusa e hipotônica e distância aumentada entre o primeiro, o segundo dedo dos pés, crânio achatado, mais largo e comprido; narinas normalmente arrebitadas por falta de desenvolvimentos dos ossos nasais; quinto dedo da mão muito curto, curvado para dentro e formado com apenas uma articulação; mãos curtas; ouvido simplificado; lóbulo auricular aderente e coração anormal.

Quanto às alterações fisiológicas podemos observar nos primeiros dias de vida uma grande sonolência, dificuldade de despertar, dificuldades de realizar sucção e deglutição, porém estas alterações vão se atenuando ao longo do tempo, à medida que a criança fica mais velha e se torna mais alerta. A criança Down normalmente apresenta grande hipotonia e segundo Hoyer e Limbrock, apud Schwartzman (1999), o treino muscular precoce da musculatura poderá diminuir a hipotonia. A hipotonia costuma ir se atenuando à medida que a criança fica mais velha e pode haver algum aumento na ativação muscular através da estimulação tátil. (LOTT apud SCHWARTZMAN, 1999).

Alterações fisiológicas também se manifestam através do retardo no desaparecimento de alguns reflexos como o de preensão, de marcha e de Moro. Este atraso no desaparecimento destes reflexos é patológico e resulta no atraso das aquisições motoras e cognitivas deste período, já que muitas atividades dependem desta inibição reflexa para se desenvolverem como o reflexo de moro, que é substituído pela marcha voluntária. Criança com Síndrome de Down tem idade cronológica diferente de idade funcional, desta forma, não devemos esperar uma resposta idêntica à resposta das "normais", que não apresentam alterações de aprendizagem.

Esta deficiência decorre de lesões cerebrais e desajustes funcionais do sistema nervoso: O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente. (SCHWARTZMAN, 1999).

A prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas como

linguagem, percepção, esquema corporal, orientação têmporo-espacial e lateralidade. É comum observarmos na criança Down, alterações severas de internalizações de conceitos de tempo e espaço, que dificultarão muitas aquisições e refletirão especialmente em memória e planificação, além de dificultarem muito a aquisição de linguagem. Crianças especiais como as portadoras de síndrome de Down, não desenvolvem estratégias espontâneas e este é um fato que deve ser considerado em seu processo de aquisição de aprendizagem, já que esta terá muitas dificuldades em resolver problemas e encontrar soluções sozinhas.

Outras deficiências que acometem a criança Down e implicam dificuldades ao desenvolvimento da aprendizagem são: alterações auditivas e visuais; incapacidade de organizar atos cognitivos e condutas, debilidades de associar e programar sequências. Estas dificuldades ocorrem principalmente por que a imaturidade nervosa e não mielinização das fibras pode dificultar funções mentais como: habilidade para usar conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relações espaciais, esquema corporal, habilidade no raciocínio, estocagem do material aprendido e transferência na aprendizagem.

As deficiências e debilidades destas funções dificultam principalmente as atividades escolares: Entre outras deficiências que acarretam repercussão sobre o desenvolvimento neurológico da criança com síndrome de Down, podemos determinar dificuldades na tomada de decisões e iniciação de uma ação; na elaboração do pensamento abstrato; no calculo; na seleção e eliminação de determinadas fontes informativas; no bloqueio das funções perceptivas (atenção e percepção); nas funções motoras e alterações da emoção e do afeto. (SCHWARTZMAN, 1999).

Com todo respaldo esta Lei Federal 5.692, no artigo 9º que deu origem em 1971, dá para garantir o ensino da Educação Especial, onde existem crianças e jovens que ficam impedidos de frequentar escolas apropriadas, sendo até então descaso social. No que tange a educação e alguns outros direitos, o portador da Síndrome de Down mediante a preocupação do Estado brasileiro em efetuar uma política não segregacional e de inclusão dessa parte da cidadania que se encontra a margem da sociedade, mesmo destinando poucas verbas para implementação de programas neste sentido baseados no Plano Nacional de Educação, focado na parte de Educação Especial, pelos Ministérios da Educação, da Cultura e, atualmente pelo dos Esportes, veio a melhorar gradualmente e que na década de 1980, ainda era um ensaio hoje passou a ser uma realidade física e concreta com a preocupação dessa massa da população brasileira.

A aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, estabeleceu, entre outros princípios o de “igualdade e condições para o acesso e permanência na escola” e adotou nova modalidade de educação para a criança portadora de necessidades especiais. Desde então a inclusão tem sido um assunto abordado por toda a sociedade, há muitas razões para que uma criança portadora da Síndrome de Down tenha a oportunidade de frequentar uma escola comum, ela tem o direito e pode beneficiar-se da oportunidade de frequentar desde cedo uma creche e uma escola comum, desde que a mesma esteja preparada para recebê-la de forma adequada.

Pode-se afirmar que a inclusão escolar para a criança portadora da Síndrome de Down é complicada, mas os pais não podem desistir, tentando proteger os filhos, como acontece na maioria das vezes. Pois mesmo sabendo que a maioria das escolas são despreparadas ao lidar com as diferenças, isso é um direito que todos têm, e enquanto não tentarmos mudar esta realidade as pessoas vão continuar de mãos atadas. Pois a importância da criança ir para a escola não é apenas aprender a ler e escrever, mas sim estimular sua socialização, além de aprender na prática, as regras do nosso convívio e ao mesmo tempo ensinar para colegas, professores e até mesmo os funcionários, que a vida é feita de diferenças e que é possível lidar com as mesmas sem ter que buscar modelos ideais. Antes de tudo é importante primeiramente entender os fatores internos a estrutura escolar como: organização, currículo, métodos, materiais a serem usados que são importantes para que esses alunos sejam inclusos num contexto escolar com resultados, para que a criança se mantenha atenta e motivada.

A alfabetização da criança portadora de Síndrome de Down tem sido cada vez mais observada e concretizada, como resultado de uma expectativa mais elevada e conseqüentemente de mais investimento desta aprendizagem. Os aspectos cognitivos do portador da síndrome justificam uma eventual dificuldade na alfabetização, Troncoso (1998), relata algumas dificuldades: comprometimento dos mecanismos de atenção e iniciativa da conduta e sociabilidade dos processos de memórias dos mecanismos de correlação análise cálculo e pensamento abstrato e; dos processos de linguagem expressiva e receptiva. Já sabemos que a criança portadora da Síndrome de Down demora mais tempo para ler, escrever e fazer contas. No entanto, a maioria das pessoas com a síndrome tem condições para serem alfabetizadas e realizar operações lógicas-matemáticas.

O trabalho pedagógico com estas crianças é um processo complexo e resulta em uma dinâmica evolutiva baseada nas capacidades do indivíduo. Alguns pontos

devem ser considerados quanto à educação do portador da síndrome de Down: - Estruturar seu autoconhecimento; - Desenvolver seu campo perceptivo; - Desenvolver a compreensão da realidade; - Desenvolver a capacidade de expressão; - Progredir.

A criança precisa aprender progredir em todas as áreas, como na linguagem, nos aspectos cognitivos, psicomotores e emocionais. Ou seja, ela pode, além dos conteúdos curriculares mais frequentemente submetidos à avaliação, desenvolver nos aspectos menos formais do ensino regular, mas que contam muito no crescimento da criança incluída. Ela pode aprender a trabalhar em grupo, a respeitar regras, a permanecer a uma atividade por tempo cada vez maior, a reter informações, pode aumentar seu vocabulário, melhorar sua preensão do lápis, ou aprender a esperar sua vez no jogo.

Parece aprendizagem simples que podem passar despercebidas ou pouco valorizadas no âmbito escolar, mas são de extrema importância. Todas as crianças podem aprender, o aproveitamento escolar é individual cada um se beneficia de alguma forma com a aprendizagem. Qualquer criança merece ser avaliada levando-se em conta sua individualidade de tempo e estilo de aprendizagem, seu conhecimento prévio e necessidade especial e, partindo disso, merece o estabelecimento de um programa que respeita estes aspectos. Se o programa para aquela criança não surte o efeito desejado e esperado, o problema está no programa e não na criança. A análise sobre a aprovação ou reprovação de uma criança portadora da Síndrome de Down, exige estudo individualizado de cada criança.

Reter a criança na mesma série, portanto, em nome de um amadurecimento ou maior tempo para aprender, sem profundas modificações no que e como lhe foi ensinado, é atitude irresponsável. Uma reprovação só deverá ser considerada quando for uma medida que tem como objetivo atender as necessidades da criança e não fugir das dificuldades da escola.

O que se espera da relação do professor com uma criança portadora da Síndrome de Down é que esse envolvimento aconteça de forma espontânea, carinhosa e prazerosa, e que o aprendizado seja significativo para a criança. É comum observar em uma sala de aula professor que não sabe muito bem o que fazer com uma criança que apresenta necessidades especiais, como fazer com que ela aprenda sem atrapalhar o ritmo da sala.

Sentem medo de fracassar e muitas vezes nem se arriscam a tomar uma atitude para de fato inserir esta criança no contexto escolar. A aprendizagem de todas as

crianças portadoras da Síndrome de Down envolve questões de comportamento, afeto, motivação e respeito com sua individualidade. Não é possível promover a atividade das estruturas cognitivas sem a motivação afetiva: a vontade de aprender é condição do conhecimento. O desenvolvimento efetivo acolhe e apoia a motivação, a superação do erro e valorização do esforço, do caminho, sem objetivar apenas resultados. O comportamento por sua vez, é o modo que a criança encontra para declarar como se sente.

Distúrbio da conduta, fugas da sala de aula, agressividades, incomodar os colegas ou negar-se a fazer atividades, são sinais bastante claros de que algo não vai bem. Sentimentos positivos promovem sucessos à aprendizagem, à aquisição de conhecimento firmada pelo peso da emoção, garantindo um caráter definido ao aprendido. Há várias maneiras que a criança portadora da Síndrome de Down pode usar para demonstrar que algo não está bem: - Fugas da situação de aprendizagem; - Recusa em prestar atenção e responder; -Gritar, fazer birras, deitar-se no chão; - Destruir ou esconder material de colegas- Passividade; e ou agressividade, entre outras.

O primeiro passo para a superação das dificuldades comportamentais é mostrar à criança portadora da Síndrome de Down que existe maneiras mais eficazes e menos desgastantes para alcançar objetivos. Ajudar a criança a identificar e nomear suas emoções permite que elas as expressem melhor. E é fundamental também, que o professor indicado esteja preparado, para ser capaz de atender as necessidades de seus alunos e trabalhar em harmonia, pois a relação que ele estabelece com o aluno portador da Síndrome de Down pode facilitar seu desenvolvimento, aprendizagem e o convívio social com todos.

No entanto, as crianças com síndrome de Down têm possibilidades de se desenvolver e executar atividades diárias e até mesmo adquirir formação profissional e no enfoque evolutivo, a linguagem e as atividades como leitura e escrita podem ser desenvolvidas a partir das experiências da própria criança.

Do ponto de vista motor, hipocinesias associada à falta de iniciativa e espontaneidade ou hipercinesias e desinibição são freqüentes. E estes padrões débeis também interferem a aprendizagem, pois o desenvolvimento psicomotor é à base da aprendizagem. As inúmeras alterações do sistema nervoso repercutem em alterações do desenvolvimento global e da aprendizagem. Não há um padrão estereotipado previsível nas crianças com síndrome de Down e o desenvolvimento da inteligência não depende

exclusivamente da alteração cromossômica, mas é também influenciada por estímulos provenientes do meio.

No entanto, o desenvolvimento da inteligência é deficiente e normalmente encontramos um atraso global. As disfunções cognitivas observadas neste paciente não são homogêneas e as memórias sequenciais auditivas e visuais geralmente são severamente acometidas. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila. "A qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência mental". (CRAWLEY,1983; OLIVEIRA, 2004).

Segundo Mantoan (2003), quando nos referimos a inclusão de crianças com Síndrome de Down temos que levar em consideração que os mesmos são ótimos imitadores, onde absorvem com grande facilidade os hábitos e atitudes daqueles que os rodeiam. A Síndrome de Down nada mais é que uma alteração na formação genética do bebê, a Síndrome de Down não tem cura, mas uma boa educação, estimulação e dedicação farão com que a criança desenvolva o máximo seu potencial, pois o estímulo é imprescindível.

Os indivíduos portadores da síndrome possuem uma deficiência ou incapacidade intelectual em graus diferentes. "Essa deficiência decorre de lesões cerebrais e desajustes funcionais do sistema nervoso" (SILVA, 2002). Na sequência do desenvolvimento do indivíduo, em primeiro lugar, vem a postura, em segundo a ação motora, para depois vir à ação mental. Logo, qualquer ação mental terá a necessidade de uma postura bem estruturada, com movimentos intencionais e organizada, para isso será preciso não só a integridade cerebral, das vias que se comunicam com o cérebro, como também do aprendizado através do ambiente em que o portador está inserido.

A criança portadora da síndrome tem sua concentração afetada pela fadiga constante, por isso a energia necessária para a concentração desaparece. A atividade cerebral torna-se mais lenta, apresenta grandes dificuldades para desenvolver atividades mais longas, fazendo com que a criança esqueça o que ia dizer. Devido a isso, o professor deve simplificar as instruções dadas, falar devagar, para que a criança processe e entenda as informações passadas. O professor deve considerar o aluno como um ser inteligente que deve ser respeitado, valorizar as reações do mesmo e, estar atento a seu comportamento global. Seu ensino deve ser de forma sistemática e organizada,

agradável e que desperte seu interesse. Lembrando que: “Sentimentos positivos promovem e facilitam a aprendizagem”. (SILVA, 2004).

A criança portadora da Síndrome de Down é, portanto, como qualquer outra criança, e que como qualquer um de nós possui personalidade única, mais dócil, motivada, e outras agressivas, melancólicas, enfim, esta criança possui uma essência como qualquer outro ser humano, onde o desenvolvimento é resultante de influências sociais, culturais e genéticas, incluindo as experiências em relação as suas potencialidades e capacidade e os aspectos afetivo-emocionais.

Com base no comportamento da criança com Down, sabemos que cada ser humano é único, tendo uma personalidade própria diferente dos demais independente se tem alguma deficiência genética ou não. Assim, a criança portadora da Síndrome de Down também tem sua personalidade própria que depende, em grande parte, de suas experiências e convivência com outras pessoas.

Quanto ao comportamento dessas crianças, podem surgir problemas por situações aparentemente banais, como por exemplo: elas se sentirem frustradas ou ansiosas por qualquer coisa, não queremos dizer que vão apresentar sempre este tipo de atitude, mas as naturezas de suas necessidades os fazem mais vulneráveis a desenvolver mudanças súbitas de comportamento, como ora tranquilas, ora nervosas sem motivos aparentes, há momentos de situações críticas de agressividade, birras, mudanças de humor repentinas, passando a se comportar de maneira totalmente inesperada.

Muitas vezes agem de maneira a chamar a atenção ou despistar os adultos, agem de forma incomum com suas exposições de sentimentos para que sejam vistos e ouvidos e recebam atenção só para si. Lidar com essas atitudes e situações não é confortável, despertando no adulto, processos de raiva, culpa, frustração ou sensação de incapacidade. O melhor a fazer é perceber ou entender as causas reais que causam esses contastes de comportamento. A criança com Síndrome de Down pode ser hiperativa, desafiadora, passiva, ansiosa, agressiva, melancólica, insegura, desorganizada, birrenta, teimosa, carinhosa, amorosa, ou seja, tem as mesmas características de uma criança “normal”. Ela pode ser interessada, produtiva, curiosa, positiva, participativa e sistemática, como pode também apresentar diferentes comportamentos diante de diferentes conteúdos, nos diversos contextos e nas mais variadas abordagens.

Sentimentos positivos promovem e facilitam a aprendizagem para todos os tipos de crianças, com a criança portadora da Síndrome de Down não é diferente, quando as crianças usam reações negativas elas querem expressar sua dificuldade, sua

insegurança ou seu tédio. O que devemos fazer, é mostrar a elas que existem maneiras mais eficazes e menos desgastantes para alcançar seus objetivos.

Comunicar sentimentos através de palavras, gestos, com calma e tranquilidade, tem efeito positivo e não causa transtorno no ambiente que a criança está inserida, por outro lado, se estiver ocorrendo algum tipo de mudança, de desequilíbrio, mudança de rotina, se a criança está com algum problema de doença ou desconforto físico, o seu emocional fica abalado, fazendo com isso que ocorram transtornos psicológicos.

É importante trabalhar conceito de limites e regras, saindo do “certo ou errado” e passando a vê-los como fatores determinantes para definir liberdade de expressão de conduta. Usar de chantagens, castigos ou até mesmo ameaças ou ignorar certas atitudes, não geram bons resultados. Trabalhar noções de conseqüências, estabelecerem acordos, definir espaços e possibilidades de ação com atitudes firmes, confiando no que se faz, gera confiança e traz bons resultados.

A criança portadora da Síndrome de Down precisa desempenhar um papel em crescimento, estar em ambiente que não a considere apenas como um recipiente passivo no qual se encere conteúdos e habilidades. Ela deve percorrer o seu caminho como a protagonista da sua própria história.

A presença da criança com Síndrome de Down na escola regular, sem dúvida é um momento de extrema importância. A partir desta ocorrência, dar-se início a uma jornada de acontecimentos e oportunidades de convívio em um mundo totalmente novo e diferente. Segundo Martins (2002, p. 48), “a escola proporciona, ainda, interações sócias ricas e variáveis com as próprias crianças e com os adultos, de uma maneira mais organizada e sistemática, proporcionando maiores condições para a aprendizagem infantil.”

É assustador o índice de evasão e repetição no ensino fundamental, este fato está diretamente ligado á situação atual das escolas, que não dispõem de um atendimento adequado ás crianças de um modo geral. Esta falta se dar com maior frequência entra as pessoas portadoras de deficiência, que necessitam de maior atenção.

No entanto, a inclusão da criança com Síndrome de Down não implica no aproveitamento das demais. De acordo com Mantoam (2001, p. 86), a diversidade do meio social e, especialmente no ambiente escolar, “é fato determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que nele interagem.”

Toda e qualquer investida no sentido de se ministrar um ensino especializado no aluno depende de fusão do ensino regular com o especial.

Assim sendo, uma classe especial em uma escola regular, nada mais é do que colocar uma ao lado da outra para visar um desenvolvimento considerável para as crianças deficientes.

Nesse sentido, compreende-se que o portador da Síndrome de Down possui as necessidades de uma criança especial. Para haver uma melhor desenvoltura na escola, a criança Down precisa ser incentivada pelos pais para possíveis atitudes sem independências.

Segundo Sasaki (2003), nesta perspectiva, esta criança terá mais facilidade e m se desprender de seus pais quando passar a frequentar a escola. É imprescindível relatar o valor da família nesta nova fase da vida da criança, principalmente se tratando dessa alteração genética. A partir do nascimento é preciso haver uma busca de informações para obter orientações de como lidar com essas situações. Seria hipocrisia dizer que e fácil quando na verdade é preciso está preparado emocionalmente, para se deparar com situações complicadas referindo-se a aprendizagem.

Conforme Tunes (2003), amor e acolhimento são os principais ingredientes para que a sua dedicação ao seu filho seja bem sucedida. São os pais que podem dar aos seus filhos o amor primeiro e necessário para fazer o milagre da transformação.

Ao inserir uma criança com deficiência mental na escola, algumas mudanças fazem necessárias no processo de ensino-aprendizagem por parte da instituição, entre as quais se pode citar: a variedade de objetos educacionais; o estabelecimento de objetos envolvendo diversas áreas do desenvolvimento, como propõe Martins, e completa fazendo a seguinte indagação:

Essas adaptações no que diz respeito aos conteúdos, são básicas porque a sua excessiva padronização e concentração na área acadêmica acarretam dificuldades e desestímulos para os educandos e geral, o que dizer daqueles que portam um difícil cognitivo? (MARTINS, 1997, p.86).

O aluno com Down não tem habilidade para ser alfabetizado, é imaturo mesmo com 12 anos de idade, mais se sabe que esta dificuldade é própria da deficiência mental apresentado por ele. Para evitar a discriminação dentro da sala de aula, como na escola, podemos formar grupos de alunos a cada dia, trabalhando com brincadeiras que o aluno Down possa participar, sempre variando as crianças nos grupos.

Este aluno tem certa dificuldade para socializar, pois ele gosta de isolar e quase não brinca com ninguém, portanto é necessário desenvolver atividades em grupo e inseri-lo para que o mesmo vá acostumando com os colegas.

Portanto é interessante que os alunos sintam-se motivados de forma que os mesmos tenham condições de buscar a informação, não apenas esperando recebê-las do professor, ou seja, a instituição de ensino terá que fazer projetos de trabalho de forma que se preparem para receber a criança Down, segundo Martins, levando-se em consideração que a maior apresenta retardo mental leve ou moderado, dificultando assim a prática do aprendizado, o que não quer dizer que seja incapaz de aprender a frequentar a escola.

Existe ainda um preconceito muito grande por parte das pessoas em relação á aceitação das crianças com algum tipo de deficiência, e na escola esta realidade não é rara. Por falta talvez de esclarecimento, ou até mesmo de conhecê-la, as instituições colocam vários empecilhos para a prática da inclusão escolar com crianças portadoras de Síndrome de Down.

Qualquer pessoa tem o direito de interagir socialmente e é na convivência com os outros que as necessidades de qualquer ser humano se apresentam com intensidade. É fundamental que a compreensão de que a inclusão de qualquer criança, com necessidades especiais ou não, na escola, é condicionada pelo seu contexto de vida, ou seja, depende da ação de cada um de nós, começando por passar a olharmos a todos iguais. (TUNES, 2003).

2.1 O Papel do Professor na Educação Inclusiva

Segundo Mantoan (2003), quando nos referimos a inclusão de crianças com Síndrome de Down temos que levar em consideração que os mesmos são ótimos imitadores, onde absorvem com grande facilidade os hábitos e atitudes daqueles que os rodeiam. A Síndrome de Down nada mais é que uma alteração na formação genética do bebê, a Síndrome de Down não tem cura, mas uma boa educação, estimulação e dedicação farão com que a criança desenvolva o máximo seu potencial, pois o estímulo é imprescindível.

Em tempos modernos de informação e globalização, é preciso compreender os diferentes contextos sócio-históricos e arrancar os estereótipos arraigados. A escola como parte incontestável dessa sociedade tem participação nessa mudança. A diferença é inerente ao ser humano. A diversidade é inquestionável. O professor é agente formador de opiniões, é disseminador de ideias, é ator nas relações com os alunos. É diante desse contexto que se faz importante escutar os professores. É necessário saber a sua compreensão a partir da inclusão que traz à tona essa diversidade, para que se possa enfim formar bases sólidas, marcadas pelo respeito mútuo. Assim as diferenças poderão ser atendidas de forma plena; todos os alunos, independente de terem ou não necessidades especiais, terão respeitados o seu desenvolvimento e seu ritmo de aprendizagem.

O termo inclusão tem conquistado atualmente um significativo espaço nas diversas áreas do conhecimento, principalmente no campo educacional, uma vez que, está sendo alvo de fortes debates e reflexões dos educadores e estudiosos que tem percebido a grande necessidade de compreender o processo inclusivo. Sendo assim, podemos perceber que os discursos que permeiam a inclusão têm ganhado nos últimos anos uma atuação peculiar, até mesmo porque passou por um longo percurso histórico, que possibilitou o amadurecimento dessa temática.

As sociedades humanas vêm tornando-se progressivamente inclusivas, desde a antiguidade. Entretanto, jamais se viu transformações tão radicais na concepção de vida coletiva e reivindicações de igualdade de direitos, como se viu na segunda metade do século passado. (OMOTE, 2004, p. 02).

Segundo Mantoan (2003), a mediação do professor é um ponto básico para eficácia do processo inclusivo, pois, limitando às suas próprias descobertas, ou seja: “a mercê de seus recursos individuais, o aluno avança pouco, evolui lentamente e não consegue avaliar e explorar todas as suas possibilidades cognoscitivas”. (MANTOAN, 1997).

Por isso os cursos de formação de professores precisam oferecer subsídios que possibilitem aos educadores resignificarem os diversos aspectos da prática pedagógica: planejamento, objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos, avaliação, relação professor e aluno, de uma forma que propicie condições necessárias para o exercício da profissão docente na perspectiva inclusiva.

Os objetivos da prática inclusiva contemplam à construção do conhecimento pelos alunos, considerando a realidade socioeconômica e cultural, bem como as sujeitam os alunos a saberes que os impedem de ser, de pensar, de decidirem por si mesmos. “E que reconheçam a integridade e a plenitude de seres, a despeito de suas diferenças”. (MANTOAN, 1997, p.92).

Como nos diz Zabala,

um dos objetivos de qualquer bom profissional consiste em ser cada vez mais competente em seu ofício. Geralmente se consegue esta melhoria profissional mediante o conhecimento das variáveis que intervêm na prática e a experiência para dominá-las. A experiência, as nossas e as dos outros professores. O conhecimento, aquele que provém das investigações, das experiências e de modelos, exemplos e propostas. (ZABALA, 1998, p. 13).

Portanto, a formação do professor constitui fator chave para a eficácia da educação inclusiva e como ele percebe o aluno com síndrome de down. Por isso, essa formação precisa oferecer uma preparação adequada para que o professor reconheça a diversidade de níveis e ritmos de desenvolvimento e de interesse dos alunos, oportunizando, a partir desse reconhecimento, o planejamento e o desenvolvimento de alternativas educacionais e práticas pedagógicas, com o objetivo de oferecer condições favoráveis a todos os alunos para o desenvolvimento de suas potencialidades.

A inclusão e a integração possuem significados diferenciados, pois a primeira visa o que o indivíduo precisa, enquanto que a segunda prioriza o que o indivíduo sabe fazer, ou seja, o que tem a oferecer. Segundo Voivodic (2008), no seu sentido etimológico, integração vem do verbo integrar, que significa formar, coordenar ou combinar num todo unificado. Inclusão vem do verbo incluir, significa compreender, fazer parte de, ou participar de. Enquanto que a integração para Silva, (2008, p. 152) a integração nada ou pouco exige da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais.

No modelo integrativo, a sociedade, praticamente de braços cruzados, aceita receberem portadores de deficiência desde que estes sejam capazes de viver em sociedade, mesmo com as suas diferenças. Tanto a sociedade, quanto a comunidade escolar, acredita que o simples ato de receber as pessoas com deficiência já significa que já estão cumprindo com o seu papel de cidadão inclusivo sendo assim, acreditam que não há necessidade de quebrar as barreiras atitudinais e / ou as arquitetônicas.

Para Silva (2008), a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais e gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui então um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Contudo é preciso que as pessoas não fiquem somente no modismo, que não se acomodem e nem pensem que a inclusão é mais uma tendência tanto social, quanto educacional.

De acordo com Silva, (2008) participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações, porém, a atual sociedade não se dá conta que para a inclusão acontecer é necessário que a aceitação seja interna, e que as ações precisam corresponder ao verdadeiro sentido da inclusão.

2.2 Um Paralelo Entre a Educação do Ensino Regular Comum e a Educação do Ensino Regular Especial

A educação, seja ela Comum ou Especial tem por objetivo preparar os indivíduos para o futuro tornando-os eficientes, capazes, realizada, além de proporcioná-los a autonomia. De certa forma, no Brasil a história da educação das pessoas com deficiência não é a das mais felizes, ou seja, desde o início elas eram segregadas, ou eram atendidas assistencialmente. No Brasil, só no século XIX esses indivíduos começaram a ser objeto de alguma forma de ensino, ainda que claramente segregados, e só quase nos finais do século XX começaram a se “beneficiar” de uma educação com seus iguais nas escolas de ensino regular.

Ao longo da história pode-se perceber que as pessoas com deficiência eram excluídas por questões financeiras, sociais e culturais, muitas dessas eram consideradas como possuídas por demônio, eram tratadas como loucas e internadas em sanatórios, exiladas em sítios afastados das cidades e quando a família não tinha condições de levá-los a estes locais, os deixavam presos em algum cômodo da própria casa, contudo, a educação hoje tem um grande desafio: proporcionar a todos os indivíduos com qualquer deficiência, de caráter temporário ou permanente, o acesso aos conteúdos básicos que a

escola oferece. Porém, para que realmente as escolas regulares comuns possam oferecer este ensino, elas precisam reestruturar os sistemas de ensino adequando – os às necessidades de cada aluno.

De acordo com Voivodic (2008), Para atender às necessidades educacionais de seus alunos, é preciso que a escola se modifique. Nesse momento caberá a ela atender a uma parcela social que até então esteve excluída de seus projetos e planos de trabalho, ainda que estivesse presente em suas dependências, seja na classe especial, na classe de recurso ou na classe comum. Até alguns anos atrás a pessoa com deficiência ao frequentar a escola de ensino comum, só o fazia nas salas de recursos, ou em uma sala especial dentro do ensino comum, ficando assim segregada dos demais.

Dentro do ensino comum as pessoas que tinham deficiências cognitivas, múltiplas, ou distúrbios emocionais severos não eram aceitos, pois a educação escolar não era considerada prioritária ou até mesmo possível, para estas pessoas. Foi então que começaram a surgir às escolas especializadas para atender as pessoas com deficiências, com distúrbios graves de aprendizagem ou de comportamento, e também as com altas habilidades. Segundo Voivodic (2008), a educação especial tem cumprido, na sociedade moderna, duplo papel de complementaridade da educação regular. Isto é, atende por um lado à democratização do ensino, na medida em que responde às necessidades de parcela da população que não consegue usufruir dos processos regulares de ensino; por outro lado, responde, ao processo de segregação da criança ‘diferente’, legitimando a ação seletiva da escola regular a ação seletiva da escola regular.

Aparentemente a educação especial tem um sentido ambíguo, pois ao mesmo tempo em que atende às necessidades das pessoas com deficiência, também as exclui, segregando-as das demais pessoas. No decorrer da história da educação especial, pode-se perceber que as pessoas com deficiência além de serem excluídas da sociedade, eram também afastados de suas famílias, e isto fazia com que se aumentasse o preconceito sobre as pessoas que fugiam do padrão de “normalidade”. Por algum tempo as escolas especiais ou centros educacionais específicos eram espaços voltados para as crianças consideradas “não escolarizáveis”, ou seja, aquelas que não tinham proveito em classes comuns, junto com outras crianças da mesma idade, e estas saíram prejudicadas por estarem convivendo com crianças que não rendiam.

De acordo com Voivodic (2008), idealmente as classes especiais tinham por objetivo conduzir os alunos com deficiência mental à mesma meta que a escola regular objetivava aos alunos considerados “normais”: assegurar sua plena capacitação,

preparando – os para uma vida independente em sociedade, mediante a aquisição de conhecimento e habilidades. Portanto na escola regular, sua prática se dava através de meios diferentes, com outras técnicas, em instituições exclusivamente para crianças com atraso mental. Constituía um elemento essencial à homogeneidade dos alunos, e isso assegurava, na medida do possível, a semelhança de nível intelectual, mesmo com diferenças de idade cronológica.

No entanto, pode-se perceber que, as escolas especiais mostraram suas limitações e raramente conseguiu atingir suas metas que havia proposto, como, preparar os adultos para que estes fossem autônomos e capazes. Somente a partir de 1994 com a Lei de Diretrizes e Base a Educação Especial ganha um novo significado. De acordo com Paulon (2007), a Educação Especial é definida, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de aluno.

Para que a educação especial funcione de fato é preciso acreditar no potencial de cada aluno ali inserido, do mesmo modo deve ser no ensino comum. É necessário que a educação especial seja, além de um suporte, um trabalho junto com a educação comum, e que ambas não se isente das responsabilidades relativas às dificuldades de seus alunos. Ou seja, que se unam e trabalhem em prol do aluno com deficiência, e que procurem soluções para melhor atendê-los. Segundo a Revista Educação Inclusiva, é comum responsabilizar a escola de ensino regular por não saber trabalhar com as deficiências e excluir seus alunos e a escola especial por se colocar de forma segregadora e discriminatória.

A implementação da educação inclusiva requer a superação desta dicotomia eliminando a distância entre ensino regular e especial, que numa perspectiva inclusiva significa efetivar o direito de todos os alunos à escolarização nas escolas comuns de ensino regular e organizar a educação especial, enquanto uma proposta pedagógica que disponibiliza recursos, serviços e realiza o atendimento educacional especializado, na própria escola ou nas escolas especiais, que se transformam em centros especializados do sistema educacional, atuando como suporte ao processo de escolarização.

A inclusão terá êxito quando as duas modalidades de ensino visar o aluno num todo, e não somente a deficiência que ele tem, quando deixar de procurar quem é o culpado pela educação não estar dando certa nestas duas modalidades. Assim irão

proporcionar uma educação de qualidade, possibilitando a estes alunos meios de adquirir conhecimentos complexos que até então à sociedade somente exigia, mas não acreditava que os alunos com deficiência fossem capazes de adquirir.

2.3 A Educação Formal e Informal da Criança com Síndrome de Down

A educação prepara as pessoas, ensina-lhes algumas habilidades, permite ainda adquirir independência, além de possibilitar a interação com outras pessoas. No entanto para que tudo isso aconteça é preciso que todos – sociedade, família, comunidade escolar –, estejam dispostos a trabalhar juntos em prol das pessoas com deficiência. De acordo com Fredericks (2007), a principal finalidade da educação, da infância à adolescência, é a de preparar os indivíduos para serem eficazes e bem – sucedidos na vida adulta. Assim, a boa educação oferece uma combinação de habilidades básicas e especializadas.

Para proporcionar este tipo de educação para crianças com Síndrome de Down, os educadores devem conhecer os desafios e problemas que essas crianças enfrentam, e como se responde a tais desafios. Com a educação vários caminhos se abrem para qualquer pessoa seja ela com deficiência ou não, e através dela que o indivíduo se torna cidadão sabedor de seus direitos e deveres, e ainda tem o poder de discernir entre o certo e o errado. A educação informal da criança com S.D. se constitui primeiramente no seio familiar, sendo esta a responsável por inserir a criança no mundo, nas atividades e vida social. Segundo Voivodic (2008), a família se constitui o primeiro grupo social da criança, e é através do relacionamento familiar que a criança viverá a primeira inserção no mundo.

É no seio da família que a criança terá suas primeiras experiências, sendo, portanto esta a unidade básica de crescimento do ser humano e sua primeira matriz de aprendizagem. A família de um modo geral deposita muitas expectativas no filho, esperando que ele corresponda de maneira positiva, porém quando o filho que nasce tem alguma deficiência essas expectativas são quebradas e a família entra em estado de choque. Contudo, sabem-se que este choque é inevitável, algumas famílias superam logo e passam buscar melhores condições de vida para o filho, geralmente a mãe e a primeira a sair do estado de choque e a acreditar no desenvolvimento do filho. As atividades da vida cotidiana na família dão a criança oportunidades para aprender e

desenvolver – se através do modelo, da participação conjunta, da participação conjunta, da realização assistida e de tantas outras formas de mediar à aprendizagem.

Essas atividades podem, ou não, propiciar motivações educativas. É a partir dessas atividades que a criança vai adquirir base para melhor desenvolver-se no futuro, e suas funções cognitivas irão amadurecer, e com isso não terá grandes problemas na escola. Quanto à educação formal esta poderá ser oferecida tanto na modalidade de Ensino Regular Comum, como na de Ensino Regular Especial. Voivodic (2008), diz que, a educação formal, ministrada pela escola, é um processo importante na formação de todos os indivíduos.

A escolarização tem como principal objetivo que os alunos aprendam a aprender e que saibam como e onde buscar a informação necessária. É a educação que irá propiciar ao indivíduo condições, e habilidades para se tornar uma pessoa independente e com autonomia, capaz de superar os obstáculos encontrados ao longo do caminho.

Toda e qualquer criança com ou sem deficiência tem o direito de frequentar a escola. E cabe à escola se adequar às necessidades de cada aluno, proporcionando-lhes uma educação de qualidade. De acordo com a Declaração de Salamanca a educação é um direito de todos e que cada indivíduo tem suas próprias características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem. E a Declaração também assegura todos devem ter oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos.

É importante salientar que, somente as leis que asseguram a educação a todos, não são suficientes para garantir o acesso à escola e à qualidade de ensino, é necessário que tanto as escolas, quanto a comunidade escolar, se preparem, capacitem para atender às necessidades educacionais dos alunos ali inseridos. Tais ajustes ou adaptações também se organizam num processo que vai desde pequenas modificações na programação das aulas, até mudanças significativas e que se distanciam consideravelmente do projeto curricular estabelecido (estas bem menos frequentes). Estes ajustes devem ser apropriados de acordo às necessidades específicas de cada aluno, pois são os ajustes aos recursos educacionais que favorecerão a efetivação da inclusão, e esta só será possível quando houver uma reestruturação completa do projeto pedagógico de cada escola.

A inclusão se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar igualdade de oportunidades. O princípio da escola inclusiva é que todas as crianças aprendam juntas, independente das diferenças que possam ter. As escolas

inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos e dar uma resposta a cada uma delas, assegurando educação de qualidade a todos, através do currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias.

Para isso, as crianças com necessidades especiais devem receber os apoios extras que necessitam para que tenham uma educação efetiva. Contudo, vale salientar que, o modelo de educação existente no Brasil tem um padrão não muito favorável à inclusão. Em muitos casos, as crianças com Down vivem um dilema, pois se de um lado a inclusão delas no ensino regular favorece ganhos sócios – afetivos, por outro, na maioria das vezes, essas mesmas escolas oferecem poucas ou nenhuma alternativa na retenção dos conteúdos dados em sala de aula. Em contrapartida, a inserção das crianças Down nas escolas especiais, faz com que estejam em um ambiente muito protegido e algumas vezes segregador, contudo o aprendizado formal das crianças é o enfoque maior onde são usados os recursos adequados para a sua aprendizagem. É neste momento que os pais começam a ter dúvidas, não sabem qual o melhor local para seu filho aprender, tão pouco sabe onde encontrar profissionais aptos, qualificados e competentes para atender as necessidades de seus filhos. No entanto Voivodic enfatiza que “a inserção escolar dessas crianças no ensino regular poderá contribuir significativamente para o seu desenvolvimento intelectual e para a sua atuação no meio social”.

No entanto, os pais precisam ter consciência de que, para as crianças com SD se desenvolverem é necessário que elas interajam com outras – “ditas normais” – e que se comportem e consigam fazer as mesmas coisas que as da mesma faixa etária fazem. Quando a criança com SD frequenta escolas regulares, tem ganhado significativos não só em seu desenvolvimento social, mas também em seu desenvolvimento cognitivo, porém a criança com SD só terá êxito se estiver em um ambiente tranquilo, agradável, pois a partir do momento em que se sentirem rejeitadas os efeitos serão prejudiciais ao seu desenvolvimento. Além do ambiente favorável, se faz necessário também, os profissionais preparados, e com conhecimento para lidar com a nova situação, auxiliando assim todo o grupo escolar na resolução de alguns problemas do cotidiano dentro âmbito escolar. De acordo com Blascovi (1997), quando falamos em um profissional bem preparado, queremos dizer que este deve ter conhecimentos gerais sobre o desenvolvimento e comportamento, para poder intervir apenas quando necessário e de forma adequada, respeitando a liberdade que caracteriza a situação e

cumprido seu papel de mediador em algumas ocasiões, sem resolver sozinho os problemas que possam surgir, mas sim em conjunto com o grupo para que possa haver, gradativamente, uma maior autonomia das crianças e dos jovens deficientes.

A quebra de barreiras do preconceito é a fase inicial da inclusão, onde as pessoas são aceitas num todo, e a deficiência não é maior do que a pessoa que a tem, no entanto, não é isto que se tem visto tanto nas comunidades escolares, como na sociedade de um modo geral.

O que tem acontecido muito segundo Blascovi (1997) é que, a criança portadora de deficiência, além de se ver estigmatizada pelas próprias características de sua deficiência, acaba sendo isolada do meio social em que vive por não ser considerada como um adulto produtivo em potencial. Aos olhos preconceituosos ela nada será quando crescer, portanto, além de ser uma criança inútil, acaba sendo prejudgada como um adulto inútil, que não contribuirá para o aumento de produção em nosso quadro social.

É preciso, no entanto, evidenciar que as crianças com S.D. são capazes, e muitas vezes o que as impedem de progredir é o preconceito e o prejulgamento que a sociedade faz, é necessário então oportunizar a participação dessas crianças em atividades que as façam se aproximarem e a se relacionarem o máximo possível com as outras pessoas. Visto que para realmente acontecer à inclusão, é necessário então a (efetiva) participação das pessoas com deficiência, elas precisam estar presentes, que lhes deem condições para que possam participar das atividades escolares que lhes são propostas.

Além da participação, os alunos com deficiência também necessitam aprender e desenvolver as suas potencialidades, porém para que isso possa acontecer, as pessoas com Down precisam ter oportunidades iguais à das outras pessoas, que sejam valorizadas diante das habilidades que possuem.

A comunidade escolar precisa também conscientizar – se que cada aluno é diferente tem seu próprio ritmo de aprendizagem e que isto não o impedirá de aprender, de assimilar, de compreender os conteúdos básicos oferecidos pela escola. Segundo Valente (2005), para realizar inclusão, não é necessário que o professor seja especialista na deficiência apresentada pela criança. Significa sim que a escola e professores precisam adequar seu modo de ensinar, para que cada aluno possa aprender. É preciso explicar as suas características, sem generalizar ou ignorar suas diferenças. A intenção

da inclusão não é “igualar” a criança com SD aos colegas, é fazer com que ela aprenda dentro de suas possibilidades.

O preparo do professor está no conhecimento que ele adquire ao se informar mais sobre a deficiência de seu aluno, quais são as suas limitações, o que pode e como devem ser trabalhadas as atividades e os conteúdos, pois os professores é que são os mediadores que favorecerão o crescimento e o desenvolvimento dos alunos. É o professor um dos grandes responsáveis pelo sucesso da inclusão, visto que ele é quem desenvolverá as ações que estarão ligadas diretamente ao processo de inclusão. Ações estas que podem ir de uma simples situação, como lidar com as diferenças e o preconceito advindo por parte dos alunos ou de seus pais, com as limitações dos alunos com deficiência ou até mesmo com as frustrações e ou expectativas da família dos alunos incluídos. A escola é responsável também pela inclusão social, pois é ela quem tem o poder de transformar a sociedade, de preparar e instruir os cidadãos para o futuro e para o convívio em grupo.

É a escola que irá abordar a questão do preconceito, visto que este tema ainda causa certo desconforto quando é colocado em pauta. A escola é obrigada a aceitar por meio de leis, crianças com deficiência, esta o faz porque lhe é imposto, não porque gosta ou tem afinidades às vezes podem até achar bonito ter um aluno incluído, contudo ainda não criaram uma lei que obriga a sociedade a aceitar de coração, as crianças com deficiência.

Tal aceitação fica por conta da consciência de cada cidadão, pois a lei o obriga a aceitar, não a amar, a dar o melhor de si ao novo cidadão que acaba de chegar. Em relação à educação das pessoas com S.D., de acordo com o Projeto Roma, Voivodic cita que, a educação das pessoas com Síndrome de Down, desde o seu principio, deve objetivar sua autonomia individual na idade adulta.

Para isso não é necessário um modelo de educação específico para essas pessoas, e sim um modelo educativo que respeite a diversidade cognitiva e cultural. É fundamental que os indivíduos integrantes do contexto social e cultural em que cada pessoa vive conheçam, compreendam e respeite a diferença. Ou seja, as pessoas com S.D. precisam que respeitem as suas habilidades, potencialidades e também de uma educação que desenvolva sua autonomia, para que eles mesmos possam resolver e decidir o que quer em sua vida, contudo se faz necessário que este respeito venha tanto da família a qual pertence quanto da sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização deste estudo, pôde-se constatar que tanto a sociedade, como a escola regular ainda não estão totalmente preparadas para acolher e aceitar as pessoas com Síndrome de Down, e são poucos os profissionais que fazem algo para amenizar essa situação, ou mesmo ao menos conhecê-las profundamente. Pôde-se notar também que as pessoas com S.D. na maioria das vezes convivem mais com aquelas que fazem parte de seu ciclo familiar. No que diz respeito ao âmbito escolar, notou-se que estas pessoas estão incluídas, mas os profissionais que são responsáveis pela a educação delas não estão preparados totalmente para atendê-las adequadamente conforme suas necessidades.

Dessa forma, percebemos claramente que se faz necessário mostrar que as pessoas com S.D. têm capacidade de evoluir, basta que acreditem em seu potencial, que os estimulem, que façam do ambiente onde está inserido ser um grande aliado, e que não o exclua dentro da própria escola, visto que falar em incluir um aluno é fácil, difícil é tratá-lo da mesma forma que trata os demais. Isto é, inclusão não é meramente ocupar um espaço em sala de aula, mas possibilitar que esse aluno tenha estimulação em seu convívio e aprendizado através das atividades compatíveis com as de seus colegas de sala ditos “normais”.

REFERÊNCIAS

- DANIESKI, Vanderlei. **Síndrome de Down**. São Paulo: 2.ed.ave Maria, 199, p. 136.
- EDLER, Carvalho Rosita. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: 3.ed., WVA, 2002.
- KIRK, Samuel e Gallagher, James. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MANTOAM, Maria Teresa Eglér. **Interação x Inclusão: Escola (de qualidade) para todos**, 2000.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **A inclusão escolar dos portadores de Síndrome de Down: o que pensam os educadores?** Natal: EDUFRRN, 2002, p. 216.
- TRONCOSO, Maria Victoria. **Síndrome de Down**. Masson S.A.-1998.
- SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.
- TUNES, E, DANEZ, L.. **Cadê a Síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu...** O programa de Lurdinha. São Paulo: 2.ed., Autores associados, 2003, p. 125.
- VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. 5ª. ed. Editora Vozes, 2008.